

Andanças e travessias multiculturais rumo à inclusão cidadã

Profa. Dra. Tereza Elizete Gonçalves

e-mail:telizete@gmail.com

Resumo

Este relato versa sobre a trajetória de uma equipe de acadêmicos da UNITAU em ação extensionista, que se inclui na perspectiva da Cultura e Cidadania e busca implementar ações de reconhecimento e promoção da diversidade cultural, dirimindo os efeitos da *exclusão cultural* que acomete moradores de uma comunidade ribeirinha valeparaibana. Na sua introdução o texto aborda a responsabilidade político-social das universidades, a importância das metodologias participativas da extensão, e os ganhos para os alunos envolvidos. Descreve a seguir a implantação e trajetória do Projeto Travessia ao implementar uma Biblioteca Comunitária disponível para os pescadores e seus familiares, com vistas a propiciar visibilidade, inclusão e emancipação sociais.

Palavras-Chave: Exclusão Cultural, Cidadania e Biblioteca Comunitária.

Multicultural wanderings and pathways toward citizenship and inclusion

Summary

This report is about the trajectory of an academic team from Unitau in an extension action, which is included in a citizen and cultural perspective and its searches to implement actions of cultural diversity recognition and promotion, minimizing the cultural exclusion effects that injure the residents of the riverside community from Vale do Paraíba. In the text introduction, it is showed up the University social political responsibility, the importance of participative extension methodologies and the benefits for the students. It describes then, the trajectory of Travessia Project in the implementation of a community library available to the fishermen and their families, with the goal of promoting visibility, inclusion and social emancipation.

Keywords: Cultural exclusion, Citizenship and Communitarian Library.

Andanzas y cruces multiculturales rumbo a la inclusión ciudadana

Resumen

Este informe se refiere a la trayectoria de un equipo de académicos UNITAU en la actividad de extensión, que incluye la perspectiva de la cultura y la ciudadanía y trata de implementar acciones para el reconocimiento y la promoción de la diversidad cultural, y para resolver los efectos de la exclusión cultural que afecta a los residentes de una comunidad Valeparaibana río. En su introducción, el texto aborda la responsabilidad política y social de las universidades, la importancia de los métodos participativos de extensión, y los beneficios para los Estudiantes. Se describen a continuación y la ruta de implementación del Proyecto Cruce de aplicar una Biblioteca Comunitaria disponible para los pescadores y sus familias, a fin de proporcionar la visibilidad, la potenciación y la inclusión social.

Palabras-Llaves: La exclusión cultural, Ciudadanía y Comunidad Bibliotecaria^a.

I - Estação de Embarque: contextos do partir

Reconhecemo-nos como membros de uma comunidade acadêmica composta por professores, alunos e ex-alunos do curso de graduação em Psicologia da Universidade de Taubaté, que ampliaram os limites das salas de aula, para disponibilizar as potencialidades do fazer acadêmico, frente às populações histórica e culturalmente desfavorecidas na região valeparaibana. Nessa direção, comprometemo-nos com a implementação de ações extra-muros, na direção de buscar alternativas para os graves problemas sociais que afligem a muitos de nossos conterrâneos, subtraídos das condições e direitos à cultura, educação, moradia, trabalho e saúde condignos. Admitimos ultrapassar os perímetros protetores da instituição, posição que nos coloca diante do exercício permanente de perseverança, ousadia e destemor. Agimos assim, encorajados e motivados pelo ensejo de devotar à sociedade o sentido dos saberes que produzimos e que somente se legitimam se estiverem comprometidos com as transformações sociais. Advogamos uma universidade '*extendida*' que mantém como princípio formador, o diálogo valorativo e respeitoso com a comunidade, transmutada em organização vívida, próxima e atenta aos anseios populares, formando profissionais capacitados a contemplá-los. Desse modo, ela se retroalimenta e se distancia do risco da onipotência que a encastela numa cientificidade estéril, porque descontextualizada. Sabemos que não estamos sozinhos nessa reflexão. Calderón (2007) e Falcão (2006) discutiram quanto à *responsabilidade social da universidade*, que a implicaria com as agruras do povo brasileiro, vindo efetivamente a contribuir para a inclusão e promoção sociais. Para os autores, apenas uma profunda transmutação da estrutura do ensino superior a reorientaria com base em processos formativos democráticos desejáveis, em parâmetros menos mercantilistas e mais solidários, cujos currículos efetivamente se devotem às necessidades das classes trabalhadoras, reconhecidas nas suas demandas e diferenças regionais.

Enquanto educadores, todos aguardamos tempos em que os professores venham a formular planejamentos que interliguem a busca, produção e transmissão de conhecimentos necessariamente advindos de uma troca com comunidades necessitadas. Tal como expressou Franco (2007, p. 16), “[...] planos que fossem de ensino, de pesquisa e de extensão”. Não seria a saída para as excessivas compartimentalização e verticalização acadêmicas, com planos e projetos inconciliáveis, que não se reconhecem nem dialogam entre si? Refletindo sobre essas questões, Serrano (2006) defendeu a necessidade de uma visão pedagógica renovadora, que não fosse apenas convencional ou protocolar e que resultasse em uma concepção democrática, integradora e comprometida eticamente com a eliminação das injustiças sociais. Nesse propósito formador, as ‘práticas de ensino’ seriam convertidas em ‘práticas de aprendizagem’. (p. 142)

Consideramos legítimo e oportuno que as instituições de ensino superior venham a se comprometer, em termos de seus processos formativos, com esta orientação. É aos povos que têm sua subsistência permanentemente ameaçada, enfraquecidos para reconhecer e fazer valer seus direitos de cidadãos, que se deve dirigir nossa missão. Vislumbramos, na extensão universitária, os caminhos para que identifiquemos e façamos vicejar e consolidar as potências desses brasileiros tão carentes de significação e de valorização de si, oferecendo-lhes um lugar de sustentação simbólica pela via da cultura.

Através dessa ação extensionista lançamo-nos na articulação e no cotidiano de trabalhos comunitários e institucionais, em rotas de profilaxia. Concebemos o **PROJETO TRAVESSIA: Das Oficinas de Contos e Narrativas de Histórias à Cultura e Cidadania**, e partimos nessa ‘viagem’, no início de 2008, por searas até então desconhecidas, cientes de que poderíamos interferir em defesa da preservação do patrimônio considerável que essa gente constituiu através de seus usos e costumes, festejos, linguagem, vestimenta, enfim, modos de viver. Os ‘bilhetes’ aos passageiros e atores desta equipe nos foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da UNITAU, instituição na qual nos inserimos e à qual somos gratos pelo apoio.

Escolhemos como plataforma de embarque o desafio de interferir na *exclusão cultural* e no que ela afeta perniciosamente o cotidiano de crianças, adolescentes e seus familiares em diferentes contextos. Em nossa ‘bagagem’, a convicção de que este fator desvantajoso configura-se num fator de enorme vulnerabilidade, especialmente na adolescência. A drástica redução ou ausência de oportunidades e de acesso aos bens culturais constitui-se, dentre outros desfavorecimentos, num agravante das relações cotidianas que incluem a família, a escola e a sociedade, tingindo-as de intolerância, quebra de vínculos e impulsionando crianças e jovens para a marginalidade. Preocupa-nos o expressivo desperdício de talentos jovens, explorados em rotas sinistras de criminalidade, degradando-lhes as perspectivas de cidadania. Para este trabalho, utilizaremos o termo *exclusão cultural*, referindo-nos aos processos de privação e de segregação que incidem

sobre determinados grupos de indivíduos, instaurando relações e destinação de lugares e categorias extrínsecos, impedindo-lhes o usufruto das políticas sociais, tanto quanto o reconhecimento, apropriação e a valorização das produções culturais, desde as mais eruditas, até aquelas que lhes são mais próximas e compõem o seu cotidiano popular. Essas manifestações culturais coletivas são determinantes, pois viabilizam as representações simbólicas e identitárias do viver em comunidades. Como reação à *exclusão cultural* imperceptível, e ainda mais por desconhecerem os determinantes da complexa ordem que os mantêm sob tamanha restrição, os segmentos discriminados podem passar a recusar ativamente as oportunidades de inserção ou de reivindicação filiatória, por julgarem-se incompetentes, indignos, ou sob outras representações sócio-culturais depreciativas.

Concebemos Cultura como o conjunto de fenômenos inerentes à condição humana e, tomada de um modo abrangente e plural, consiste no modo de inovação e fruição do conviver engendrados pelos grupos sociais, que veiculam suas crenças, ideologias, significados, valores, motivações, hábitos, comportamentos e linguagens. Essa massa de produtos e maneiras de ser se condensa num conjunto de saberes que, compartilhados e preservados transgeracionalmente pelas pessoas, constituem as expressões culturais típicas de um determinado agrupamento social. Elas carregam as marcas da passagem do *tempo* (que perpetua o antigo e incorpora o novo, instaurando a memória do criado/vivido), tanto quanto sacralizam os *espaços* nos quais se dão essas produções e trocas relacionais, que de tão ricas, demandam políticas públicas para sua revelação e preservação.^v

As instituições de ensino superior muito contribuiriam para a efetivação de estratégias de fomento e de valorização das produções populares, e ofertas igualitárias de inclusão sociocultural, ao viabilizarem a troca de saberes. Entendemos que muitos brasileiros encontram-se impedidos de formular exigências aos poderes instituídos, de valorizar a história que tecem, desconsiderados e recusados nas manifestações estéticas que lhes são próprias, enfraquecidos em suas dimensões simbólicas, fator que nos leva a considerá-los como submetidos às condições de *exclusão cultural*. Ao longo das trajetórias que nós, acadêmicos que compomos o Travessia, empreendemos junto às entidades de classe e instituições que atuam no sistema de garantia de direitos de crianças e de adolescentes, deparamo-nos com colaboradores prestimosos. Em nossas aproximações interinstitucionais encontramos gestores de projetos sociais de incentivo não somente à cultura, mas ao esporte e lazer, à saúde e à educação, que se tornaram nossos parceiros, e com os quais desenvolvemos propostas distintas embora irmanadas, que respeitam os diferentes âmbitos de atuação. Estes responderam aos convites que lhes formulamos para compor uma rede de ações de prevenção às vulnerabilidades psicossociais estendendo-nos mãos, bocas fraternas que pronunciaram *síms* de imediato, com corações e mentes sensíveis que terminaram formando um

cortejo benigno, o qual resultou na construção de uma *equipe* no sentido forte do termo. Outros profissionais associaram-se voluntariamente a nós pelo caminho, engrossando o nosso elenco: médicos, assistentes sociais, psicólogos, professores da rede de ensino público, educadores populares, membros de conselho profissional, livreiros e editores, autores regionais, agentes de bibliotecas públicas e de fundações ligadas à cultura no Vale do Paraíba. Cada parceiro tem participação pontual em ações e eventos que realizamos. Temos em conta as dimensões estratégica e cooperativa com a rede instituída, vislumbres que a *metodologia extensionista* pode contemplar com desenvoltura, em nosso entendimento.

Deparamo-nos com entusiastas dedicados que desconhecíamos a princípio de nossa jornada, em encontros profícuos que resultaram das descobertas e feitos próprios de quem se desloca, interroga, investiga. Este relato é, portanto, produto de uma reflexão coletiva, da execução de um trabalho de grupo que vem assumindo diferentes configurações e adesões, ao longo das trilhas que percorremos até o presente. Todavia procederemos a um recorte dessa vivência institucional e comunitária, relatando as inquietações suscitadas diante da intervenção em uma comunidade ribeirinha no município. Este artigo tem o objetivo de compartilhá-las, na busca de diálogos renovados.

II: Do lugar da Extensão

Na atividade de extensão temos vivenciado mais agudamente que a apregoada interdependência entre as facetas acadêmicas resume-se ainda a um ideal desejado, ou seja, que o tripé extensão/ensino/pesquisa ainda pende injusta e desproporcionalmente entre esses setores do ensino superior. Esse clamor pode ser ouvido nos fóruns, congressos e seminários dos quais participamos, porém ecoa persistentemente em nosso cotidiano, onde se desvela, por excelência, o processo formador. No exercício deste irrompem pressões e desproporcionalidades que nós, militantes desta dimensão acadêmica, não deixamos de sofrer. Trabalhamos para dirimir as desigualdades junto à população desfavorecida, porém do lugar de onde estamos inseridos, sofreremos igualmente os efeitos das desigualdades na estrutura tripartite das universidades, divisão que aparenta autonomia didática e pedagógica, contudo trai o regime de indissociabilidade dos setores do ensino.

Dispostos no 'vagão' da extensão, padecemos de marcos regulatórios mais vigorosos, tais como os que desfrutam aqueles que viajam no dorso da pesquisa e do ensino. Carecemos de uma almejada flexibilização e integração curriculares, que confirmem estímulo e validade acadêmica na formação do graduando, e ainda de uma maior robustez nas propostas de incentivo, de fomento e de avaliação das ações extensionistas neste país, de políticas públicas que estimulem o seu potencial e as incluam definitivamente no processo de alavancar as transformações sociais das quais não podemos prescindir.

As diretrizes que nos orientam neste projeto encontram-se fundamentalmente comprometidas com a luta pela cidadania e a realização plena dos direitos humanos, eixos estes que deveriam nortear toda a trajetória produtora de conhecimento, e não resumir-se apenas ao compromisso assumido pelos mais entusiastas, idealistas e aventureiros, que se encorajam a fazer extensão universitária.

Os estudos de Falcão (2006)ⁱⁱⁱ, Demo (2001) e outros como Calderón (2007), argumentaram que não apenas a extensão universitária, mas também o ensino e a pesquisa têm de ser “socialmente responsáveis” (Calderón, p. 39). Esses distintos setores da organização acadêmica desconhecem-se em termos do que produzem, dificultando a comunicação e articulação entre os cursos e os serviços prestados, crítica que Franco (2007) devotou à própria extensão. Este último asseverou que: “ Extensão não é algo só para fora da instituição. É para dentro também, especialmente quando se deseja enfatizar a atitude dos alunos.” (p. 16). Interessante que os alunos que integram este projeto, têm levado espontânea e informalmente suas experiências e questões para as salas de aula, além de apresentá-los nas Mostras e Congressos organizados para tal. Eles parecem sentir a necessidade de interrogar colegas, professores e autores quanto às suas vivências comunitárias, tornando-os cômicos dessas realidades e transformando-os também em atores, ainda que distantes da cena.

Enfim, conforme temos vivenciado no desenvolvimento deste projeto, não há lugar para repouso, indefinições, certezas ou garantias. A luta de todos os atores envolvidos é árdua e diária, necessitamos continuamente mobilizar forças para que não abandonemos os caminhos da extensão, ou para que neles não permaneçamos desolados, ou movidos tão somente pelos anseios voluntários e caritativos de praticar o bem. Estamos cômicos de que não devemos confundir nossa trajetória e missão com aquelas que professam as organizações assistencialistas. Uma associação benemérita pode realizar de forma mais ágil e talvez menos onerosa, projetos de compensação de possíveis *déficits* junto às populações “carentes”. Consideramos que a abordagem da população sempre da perspectiva das insuficiências, pode precipitar ações beneméritas, de doação reiterada e assim vir a impedir a visão das potências das pessoas, dos recursos naturais dos agrupamentos e do ambiente na qual estão inseridos. Estes restam minimizados nos modelos assistencialistas alimentados por discursos totalitários acerca das necessidades das comunidades pobres.

Demo (2001) e Calderón (2007) discutiram muito apropriadamente, as diferenças entre as *práxis* filantrópicas e acadêmicas. Ambas podem ter relevância do ponto de vista social, porém, na intervenção extensionista, as tecnologias são geradas e integradas no exercício mesmo do ensino e da pesquisa que as embasa, no interior de um fluir metodológico que confere legitimidade e acessibilidade a esses saberes científicos. E que essas produções não se encerrem no âmbito

acadêmico, ao contrário, permaneçam à disposição da população através formas variadas de divulgação, para novos circuitos de troca e favorecimentos mútuos. Por meio de projetos pedagógicos calcados nessas concepções, podemos construir uma universidade que protagoniza a defesa dos direitos daqueles que habitam as regiões do limbo e da invisibilidade sociais, as zonas do impensável e do impossível na dimensão do humano. Nesta ampla margem espremem-se milhões de brasileiros, sobre a qual os alunos, acompanhados de professores mais experientes deveriam se debruçar, para muito além do que lhes apresente a mais recomendável bibliografia discutida em sala de aula. As metodologias que a extensão comporta fazem-nos refletir sobre as políticas educacionais que se processam: “[...] o professor não é quem dá aula, mas quem se compromete a fazer o aluno aprender. Para tanto, precisa, primeiro, saber aprender [...]” (DEMO, 2001, p. 146). Tamanho desafio, para quem ministra, também convoca o aluno em sua engenhosidade e envolvimento plenos para expor-se em seus questionamentos, compromissos, limites, e em sua determinação para superá-los.

Quanto aos discentes atuantes no Travessia, visamos oferecer ao aluno uma *formação* que seja mais *ação* (crítica e reflexiva), do que *forma*, formatação/ padronização. A esses viajantes com passaporte de graduandos, oferecemos a oportunidade de testemunhar os desafios na condução das políticas públicas educacionais e culturais no município, na proximidade com a instituição pública com a qual temos parceria. Os acadêmicos envolvidos nesta proposta, na função de Oficineiros Multiculturais mergulharam profundamente na dimensão de pluralidades das organizações envolvidas, conhecendo os bastidores da realidade institucional, vivenciando a relevância da atuação interdisciplinar, auferindo competências frente às paisagens promissoras e inóspitas da atuação em comunidades, contornando os obstáculos que se desenham nesse prosseguir.

III- Rumo às zonas de invisibilidade, de exclusão e de fatalidade social...

Dentre as comunidades do município menos atendidas pelo setor público e por entidades sociais, no tocante à difusão do patrimônio, educação e memória culturais, conforme sondagem que realizamos, identificamos a Comunidade Beira-Rio, no município de São José dos Campos. Este pequeno, porém populoso aglomerado de casas que comportam mais de uma família, situa-se no limite geográfico final de uma área de avantajados condomínios habitacionais. Durante décadas o bairro, que se localiza às margens do Rio Paraíba do Sul, subsiste à própria sorte, pela tenacidade dos pescadores e seus familiares que ali residem, e poucos, dentre os que lhes fazem divisa, os vislumbram e reconhecem. Este vilarejo sem localização regulamentar, que não se dá a ver facilmente, encontra-se oculto “(...) num lugar que não figura no mapa, no avesso da montanha, ... é labirinto!” Este lugar de “casas sem cor, ruas de pó, que não se pinta, que é sem vaidade”¹⁰, situa-se numa cidade próspera, que contudo lhe dá as costas e o marginaliza. Impressiona-nos a

condição de invisibilidade da qual padece aquela centena de munícipes. As políticas públicas básicas que contemplam aspectos de moradia, bem estar social, educação e saúde não alcançam seus habitantes, o posto de saúde mais próximo fica a quilômetros de distância; o bairro não possui escola, creche, iluminação pública, asfalto, tratamento sanitário, sequer alguma praça. Em períodos de chuvas volumosas a comunidade fica totalmente isolada pelos alagamentos. Nesses casos, a única via possível de acesso é a fluvial, que banha todos os quintais das moradias. O sustento de seus moradores e as oportunidades de lazer são também assegurados pelo rio. Dessa zona de fronteiras invisíveis e excludentes, resta apenas o caminho até a igreja mais próxima, na qual têm presença assídua, as mulheres e crianças da comunidade.

Afora a única trilha precária de terra que liga o Beira Rio à cidade desenha-se uma outra, que nos leva à margem do Rio Paraíba, o grande provedor alimentar para os pescadores e canoieiros do vilarejo. Nesse veio aquático se lançam também aqueles mais encurralados pela sorte trágica, ou pelo consumo abusivo de álcool e drogas, modos de adicção que se mostram frequentes na comunidade, especialmente entre os homens e jovens:

— *Meu pai se matou no rio. Ele tava 'beudo' demais!* confia-me a pequena e amistosa Maria, logo em nosso primeiro contato, apontando-me para o local no qual mergulham aqueles privados de horizontes existenciais.

Nossa entrada na comunidade foi efetivada em abril de 2009, através do contato com moradores do bairro e com os gestores da organização católica que os assessora de maneira importante em termos de saúde e educação religiosa. Estabelecemos nos dois primeiros meses um processo para firmar acordos interessando-nos pela realidade local, gerando confiabilidade em nossos propósitos, estimulando conhecimentos mútuos, enfim tornando-nos referidos. Visitamos as moradias, conhecemos a história do bairro, o ritmo de vida dos seus habitantes, as maneiras de subsistência que vêm se alterando há décadas, os equipamentos disponíveis, e somente então formularmos uma agenda de intervenção, desenhando a partir daí, propostas que viessem a fortalecer as potencialidades e recursos da comunidade. Vimos construindo algumas metas coletivamente, centradas especialmente em torno dos festejos típicos locais, em datas que lhes são representativas. Passamos a promover e a participar com eles da realização desses eventos, ambicionando torná-los mais associativos e menos competitivos, de acordo com o que constatamos em nosso diagnóstico comunitário inicial: uma rivalidade familiar, que perpetua há décadas, divide os moradores em dois grupos que encontram em dois líderes expoentes seus mais expressivos porta-vozes. ^{ix}

A tradição piraquara^x que vigora neste grupo inclui as peregrinações, as romarias e as procissões fluviais em dias santificados, as festas juninas, o Dia Nacional do Caboclo, na prática de crenças em comemorações que integram e envolvem toda a comunidade por alguns dias. Nos vilarejos ocultos

pela vegetação, às margens do extenso Rio Paraíba do Sul, encontramos também um ribeirão de cultura, que devemos reconhecer e cultivar. Nesse sentido, justifica-se a criação de estratégias de reconhecimento, valorização, educação patrimonial e preservação desse legado histórico forjado pelos caboclos, sitianos ou roceiros que ainda restam na região. A degeneração da bacia do Paraíba do Sul tem sido expressiva e também degradante da vida dos ribeirinhos nos povoados. Impossibilitados de assegurarem o sustento das famílias, os pescadores do local interrompem o ciclo familiar de transmissão da arte da pesca de subsistência, e se transformam em trabalhadores informais, ambulantes ou desocupados. Fenômeno de tamanha importância desdobra-se na constituição de outros ordenadores desses vilarejos, que não são apenas econômicos, mas também sociais, estéticos, religiosos, arquitetônico e artísticos, dentre outros, conforme considerou Lourenço (2001). A partir do vértice antropológico, esse autor explorou as variadas relações entre os rios e os povos que os margeiam e identificou relações simbólicas fundamentais entre o homem em interação com a Natureza. Uma sociedade que se constitui nesses ambientes naturais e também imaginários, carrega inevitavelmente marcas desta interação nos modos de construção da sua cultura, crenças e saberes. O referido texto auxiliou-nos quanto a atentarmos aos efeitos das 'destribalizações' dos agrupamentos humanos; comunidades são descaracterizadas em processos existenciais constitutivos, apontamentos que reforçaram nossas convicções sobre a relevância das pesquisas sobre a ecologia humana e suas interações com o meio ambiente.

Fomos informados acerca da solicitação de algumas mães quanto à constituição de uma biblioteca no local, para ocupação do tempo ocioso dos jovens no período extra-escolar. Esta situação torna-se agravada ainda mais no caso dos vários adolescentes que se evadem da escola, afastados da autonomia e desenvolvimento, segundo pudemos constatar. O fracasso e abandono prematuro da escolarização, a desassistência e imersão alienada e precoce no trabalho infanto-juvenil, explorador e incapacitante, constituem fatores de extrema vulnerabilidade para aquela população, com expropriação e liquidação de oportunidades e de competências. Entendemos em contrapartida, que a leitura se constitui num elemento de proteção a esses fatores, permitindo a otimização do tempo livre, reduzindo a ociosidade negativa, estimulando habilidades relacionais na direção do comportamento pró-social e do exercício crítico, autônomo, consciente e transformador da cidadania.

A solicitação da própria comunidade para uma intervenção educativo-cultural nos entusiasmou sobremaneira, considerando que diante das tantas precariedades que afetam aquela população ribeirinha, houvesse surgido uma demanda local com esta vertente. Nua etapa inicial do processo, ao conhecermos os recursos físicos da comunidade, dispusemo-nos a transformar um pequeno quartinho no centro do vilarejo, no qual se avolumavam pilhas de apostilas e livros doados, de forma que esses exemplares fossem selecionados, catalogados e exibidos em uma saleta mais

aprazível e estimulante de leitura. Alguns moradores e voluntários, nossos principais interlocutores, se mobilizaram para doar estantes, prateleiras e, em mutirão, pintar o local e o mobiliário disponíveis. Mobilizamos nossos parceiros institucionais para a arrecadação de literatura infanto-juvenil, tornando o acervo da Biblioteca Comunitária mais atrativo. O nome desse espaço de leitura foi escolhido após um levantamento realizado junto aos moradores, e o mesmo foi inaugurado oficialmente no Dia Nacional da Leitura, quando a comunidade ribeirinha realizou uma das suas festas mais tradicionais em homenagem à Santa Padroeira dos Pescadores, no dia 12 de Outubro deste ano de 2009. Pretendemos futuramente escrever, num trabalho plural de autores, a bela história do ciclo de procissões fluviais que se realiza há 7 anos consecutivos, por iniciativa dos devotos ribeirinhos.

As crianças e jovens que nos acompanhavam em nossa visita inaugural pelo bairro, sinalizaram interesse em desenvolver conosco atividades associadas de dança, audições musicais, práticas de dramatização, as quais o Projeto Travessia vem realizando semanalmente com os moradores, por se constituírem em outras formas de ler e de ser no mundo e em sociedade. Refletimos permanentemente quanto ao potencial político transformador da instauração da Biblioteca Comunitária na Comunidade Beira Rio, estopim das mudanças sociais e culturais que ansiamos produzir no local. Buscamos sobretudo neste fazer, afastar-nos do risco de uma atuação simplista e acrítica (FREIRE, 1988), torná-los senhores do processo de revelação do conhecimento que detêm, mais do que de transmissão de saberes aos incultos.

Concebemos a idéia de biblioteca popular como um espaço cultural vivo, mobilizador de subjetividades. Vislumbramos a instalação não de mais um “depósito licencioso ou inútil de livros”, mas de um equipamento vocacionado a cumprir seu papel histórico, político e criador, propiciador de horizontes e de liberdades, conforme alertou Freire (1988). Primordialmente o acervo e mecanismos das bibliotecas populares devem realçar e preservar a sabedoria popular e as manifestações autênticas de uma determinada cultura, e para tanto estamos constituindo o equipamento de livros, documentários e objetos que coletamos conveniente à realidade daqueles ribeirinhos. Como usuários da biblioteca eles seriam ainda mais onerados com a rotulação de incapacidades para abstrair, pensar, ler e se aculturar, a partir de contextos ‘estrangeiros’ e inatingíveis para eles, desde que estimulássemos uma visão de mundo alheia às suas realidades. Em nosso entender, este proceder somente viria a aprofundar a exclusão social e a desigualdade de oportunidades quanto à produção e acesso aos bens culturais.

Este projeto de iniciação literária e de reavivamento da condição de leitores de realidades conforme nos dispomos no Projeto Travessia, concebe a leitura como um direito humano fundamental. Consideramos com Almeida (2008), que o compromisso com os problemas históricos da população brasileira frente aos problemas de leitura e escrita, não podem ser enfrentados tão

somente por educadores, ou ainda mais especificamente, por professores de português e literatura. Entraves culturais dessa magnitude, que ameaçam a condição de cidadania plena nessa nação, implicam a qualquer um de nós brasileiros, que não podemos prescindir da linguagem como forma de inserção e de mobilidade sociais. Este autor afasta a idéia pragmática e reducionista da leitura como mera decifração de signos, e faz equivaler o ato de ler, para muito além do domínio mecânico de signos, referindo-o à construção do senso de civilidade: “Ler é, acima de tudo, ação cidadã.” (p. 39) ¹

Na falta de *falta de desenvolvimento proximal* com os livros, termo cunhado por Almeida (2008, p. 46) os leitores (alfabetizados ou não) podem vir a se desfazer de qualquer demanda de cultura pela via do letramento, tornando-se desprovidos dos recursos simbólicos que lhes possibilite as adequadas leituras da realidade e de formas relevantes de inserção no mundo.¹ Seguindo as recomendações do autor, nós mediadores de leitura do Projeto Travessia, procedemos a adequações metodológicas para irmos de encontro às formas de ler que encontramos entre os ribeirinhos com os quais atuamos, cuidando da apresentação de temáticas tecidas a partir das condições sócio-culturais da população, que retrate sua ‘estética vivencial’. Pensamos se os currículos escolares não fracassam no aspecto da formação de leitores, exatamente porque os textos indicados, em seu conteúdo, extensão, linguajar, ilustração, temática e modo como são trabalhados não refletem a história vivencial de crianças e jovens, especialmente os que vivem em condições tão singulares como os que acompanhamos neste projeto.

Constituímos nossas Oficinas de Leituras, Narrativas e Produção de Histórias como instâncias de escuta, de fala e de produção textuais, desenvolvidas com crianças e adolescentes marcados por essa forma perversa de *exclusão cultural*. Avessos às práticas de leitura, eles não vivenciam os livros como lugares onde acontecem coisas, narrativas que lhes concernem, que dizem respeito às suas existências.

No espaço das oficinas, incentivamos o contar histórias através de textos, músicas, teatro e outros meios artísticos culturais afins àquela população porque advêm das sugestões e indicadores que nos ofertam, dando visibilidade às construções/ criações de textos poéticos, teatrais, musicados que se esboçam nessas manifestações coletivas. Pretendemos produzir relatos, encontros e reencontros com histórias vividas pela população valorizando o seu saber e modo de aculturação, os quais pretendemos, venham a compor um livreto que pretendemos publicar e difundir na região. Orientados por esta concepção, ambicionamos que a trajetória, lutas e conquistas dessa gente possam vir a ser documentados, e que a memória valorosa do seu povo seja reconhecida,

¹ Este educador instrumentalizou-nos com o conceito de *neoleitores*, referindo-se aos indivíduos que não desenvolveram habilidades para compreender os textos lidos, a ponto de se lançarem em associações, interpretações e conceitos que façam sentido às suas vidas e gerem apropriações e transformações.

pois é ínfimo o registro de obras e de autores regionais que abordem a cultura valeparaibana de ribeirinhos.

Abrindo trilhas, através de intervenções multiculturais renovadas e proposituras articuladas com a educação, lazer e o esporte, áreas primordiais da produção humana, facilitamos-lhes acesso à atividade simbólica, convictos de que as trajetórias no mundo das idéias e das palavras, se constituem como parte indispensável do processo civilizatório.

Por meio de intervenções que, para além de serem participativas, fomentem um posicionamento crítico-reflexivo, conforme destaca Thiollent (1998), pretendemos influenciar os padrões de auto-percepção, retirando os jovens do circuito de alienação e de discriminação. Almejamos disponibilizar aos participantes do projeto, ferramentas cidadãs alternativas, com potencial de resiliência aos agravos que os acometem, fortalecendo suas identidades caipiras. São oportunidades vigorosas de integração social, pelas quais opomos o ócio e as atividades ilícitas, à mobilização e participação conscientes, rompendo com os estigmas e com a repetição trágica de destinos que marginalizam muitas dessas famílias.

As oficinas ocorrem semanalmente no pátio central do bairro, em dias e horários pré-estabelecidos e devidamente divulgados entre os moradores e estão sob responsabilidade e condução dos membros integrantes do Travessia. Os encontros incluem todos os moradores da comunidade presentes, não havendo seleção prévia entre os participantes ou limites de integrantes. Montamos grupos sempre abertos à participação de novos membros, com duração de até 2h30 cada reunião. Estão previstas atividades multiculturais, práticas artísticas, de entretenimento e técnicas grupais de interação. Os encontros nas oficinas comportam, além do contato com obras literárias completas ou com textos adaptados, sessões de projeções de documentários/filmes com temas afins e audição de músicas seguidos de debates, construções coletivas de narrativas escritas e encenações, comunicação em murais, produção plástica ou gráfica, exercícios orais de interpretação de textos. Os grupos são mediados por umicineiro designado no momento de sua composição, considerando-se a faixa etária dos seus componentes. Nas atividades com uma configuração maior de pessoas, tais como visitas a parques temáticos, exposições, museus, sebos e livrarias, editoras, festival de teatro, cinema, apresentações musicais, a equipe do projeto se distribui na condução conjunta da ação e, nesses casos, solicitamos a participação de voluntários pertencentes às entidades que nos apoiam, seja com suporte logístico, material áudio-visual, pedagógico, suprimentos e alimentação.

Os parceiros institucionais têm tido participação pontual, disponibilizando também os recursos sociais, de saúde e educação quando identificamos problemas na comunidade relativos a esses setores. Em 2009, construímos conjuntamente com a FUNDHAS uma proposta de inclusão digital e literária para a comunidade, transportando semanalmente grupos de crianças e de adolescentes à

sua sede para a realização de oficinas culturais, recorrendo à sala de informática e de leitura ali disponíveis, fator que teve efeito muito positivo na auto-estima dos cidadãos que se sentiram valorizados e apoiados pelo setor público em suas necessidades educacionais.

O planejamento, montagem e encaminhamento das oficinas comportam flexibilidade, de modo que incluem os desdobramentos dos encontros anteriores, procuramos estabelecer um fio associativo entre o que já foi trabalhado e o momento presente, avaliando com eles os procedimentos adotados.

As obras indicadas não seguem necessariamente uma linha de encadeamento de temas, sendo que a questão do *direito à proteção*, assim como *subjetividade*, *cidadania* e as *demandas culturais* servem como pano de fundo das discussões e procedimentos metodológicos. Rastreado previamente a programação dos setores educacionais e culturais do município, compartilhamos com os moradores nossas determinações em relação à conveniência de nossa participação, tanto quanto estimulamos e acolhemos as sugestões dos participantes em nossas programações.

Como posicionamento basilar, as Oficinas do Projeto TRAVESSIA se distanciam de uma vertente ortopédica e normativa, apesar de se constituírem como um estímulo às habilidades de comunicação oral e escrita.

A atividade se inicia após uma etapa introdutória de sondagem de interesses e de aquecimento grupal, seguida pela imersão nos textos. Buscamos explorar de modo crítico-reflexivo acerca dos aspectos mobilizadores destes, considerando sempre a dinâmica e interesse do grupo, para que os leitores venham a incluir os códigos e os símbolos que as obras comportam, estimulando a imaginação e a formação do pensamento criativo necessários à compreensão do universo literário. O encerramento das oficinas é realizado após um lanche comunitário, verificação da frequência e a renovação de compromisso e participação nos próximos encontros.

Nossa preocupação permanente é a da horizontalização de papéis, estabelecendo compromissos institucionais sólidos com a população em foco, assegurando a nossa presença e a sustentabilidade das ações continuadas do projeto.

Nesse prosseguir, deparamo-nos com efeitos organizadores inéditos, favorecedores de reintegração social, com redução gradual da condição de invisibilidade e não reconhecimento que os acomete ainda. Constatamos uma crescente reciprocidade em nossos compromissos com os garotos e mesmo os adultos que freqüentam as atividades do Projeto. Porém, mais visivelmente, eles demonstram como a concepção de mundo deles se desloca da intransigência e violência em suas diversas formas de expressão para níveis mais fraternos, capacitando-os a contornar conflitos, postergar reações e refletir antes de responder impulsivamente. Uma manifestação muito favorável tem sido a procura dos Oficineiros do TraveSSIA, manifestando interesses por atividades de leitura por adultos, desejosos de participar das campanhas de histórias que empreendemos no bairro,

sendo que pretendemos incluí-los cada vez mais e disponibilizar, através de nossos parceiros institucionais, propor atividades pedagógicas na comunidade para os interessados. De modo geral os moradores mesmos referem acentuada melhora na auto-estima, conceituação e valorização da comunidade após cada evento, conforme avaliação que procedemos. Estamos estabelecendo uma sistemática de avaliação da tecnologia social recorrida no projeto, fator para o qual buscamos o Instituto de Tecnologia Social (ITS-SP).

Fazer referência a esses pequenos avanços não implica negar os desafios que nos aguardam em nosso percurso.

Considerações finais: Pontos de chegada

As inquietações e idéias transcritas neste artigo foram acompanhadas por um pequeno anel que nos foi engenhosamente ofertado pela pequena Maria, desde nosso primeiro contato. Ocorre-nos que este é o símbolo universal de aliança, de associação, pacto, enfim de casamento. Pensamos no quanto foi difícil chegarmos àquela pequena comunidade, perdemos no caminho, e agora que lá estamos instalados compartilhando histórias, refletimos no quão será difícil deixá-la. Contudo este momento de partir está previsto no ciclo de intervenção que planejamos. Tão importante quanto nossa instalação e permanência no bairro, é conceber a autonomia e o empoderamento do que nele implementamos, e que ainda depende de nossas injunções. Todavia, afirmar o papel libertário de nossa atuação implica em propiciar e consolidar processos emancipatórios, à medida em que se apropriem de sua história, reivindicuem e exerçam seus direitos com êxito. Enquanto isto, permanecemos vigilantes, para que aqueles cidadãos brasileiros, situados verdadeiramente 'às margens' de condições humanas condignas, conheçam a face de uma sociedade mais justa e equânime, que não lhes volte as costas e nem lhes subestime o potencial de participação e de transformação, que esta nação espera que um dia eles venham integralmente a realizar.

Referências:

- ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Práticas de Leituras para neoleitores**. Curitiba: Pró-Infanti Ed., 2008.
- ALVES Teodoro João; BRAGA Luciana Almeida. **Paraíba do Sul, Rio Sagrado. Ensaio fotográfico sobre a Cultura Piraquara no Vale do Paraíba**. São José dos Campos: J. T. Alves Ed., 1997.
- ALVES, Maria Helena Hees. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. São Paulo, **Revista Brasileira de Biblioterapia e Documentação**, FEBAB, v. 15, n. 1/2, p. 54-61, jan/jun. 1982.
- ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes; PESCE, Renata Pires. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.
- BARTHES, Roland. **O Prazer do Texto**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987. (Coleção ELOS)

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais A. T. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura (PNC) Diretrizes Gerais**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, Câmara dos Deputados (Comissão de Educação e Cultura), 2009.

CALDERÓN Ignácio Adolfo. (Org.) **Educação Superior: Construindo a Extensão Universitária nas IES particulares**. São Paulo: Ed. Xamã, 2007.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: Biblioterapia. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 7, n. 1, 157-169, 2002.

CASHADAN, Sheldon. Como utilizar os contos de fada. *In: Os sete capitais nos contos de fada: como os contos infantis influenciam nossas vidas*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 291-306.

CAMPOS, Maria Dolores. Campos não desbravados. *In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (Org). Dos Contos, em Cantos*. Salvador: Bahia, 1998. p. 145-164.

CRUZ, Xosé Antonio Neira. Ler e Escrever: Os prazeres da intimidade com o livro. *In: Nos caminhos da literatura*. Fundação Nac. do Livro Infantil e Juvenil Instituto C&A. São Paulo: Peirópolis Ed, ano. p. 70-91.

DEMO, Pedro. O lugar da extensão. *In: FARIA, Dóris Santos de (Org.) Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 141-158.

EGAN, Kieran. Histórias, metáforas e objetivos. *In: O uso da narrativa como técnica de ensino: uma abordagem alternativa ao ensino e ao currículo na escolaridade básica*. Lisboa: Dom Quixote, 1994. p.33-44.

FALCÃO, Emmanuel. **Vivência em Comunidades: Outra forma de ensino**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.

FÓRUM DE EXTENSÃO DAS IES BRASILEIRAS. **Institucionalização da extensão: passo a passo**. Brasília: Fórum de Extensão das IES Brasileiras, 2004.

FRANCO, Édson Raymundo P. S. Apresentação. *In: CALDERÓN, Ignácio Adolfo. (Org.). Educação Superior: Construindo a Extensão Universitária nas IES particulares*. São Paulo: Ed. Xamã, 2007.

FREIRE, Paulo A importância do ato de ler . *In: A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 21. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1988. p. 11-21. (Col. Polêmicas do nosso tempo, 4).

_____ Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In: **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 21. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982. p. 22-35, (Col. Polêmicas do nosso tempo, 4).

_____ **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GONÇALVES, Tereza Elizete. Oficinas de Contos e Narrativas de Histórias: Uma intervenção institucional preventiva no âmbito da Violência Doméstica, implementada junto aos adolescentes no município de São José dos Campos. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Tecnologias Sociais e Inclusão: Caminhos para a Extensão Universitária*. UFGDourados: MS, Anais do 4º. CBEU, 2009.

ITS- Instituto de Tecnologia Social. **Conhecimento e Cidadania 1: Tecnologia Social**. São Paulo: ITS, 2007.

_____ Apostila do Curso de Sistema de acompanhamento de Tecnologias Sociais- SATECS, 2009. (texto não-publicado)

KANAAN, Dany Al-behy. **Escuta e Subjetivação: a escritura de pertencimento de Clarice Lispector**. São Paulo: EDUC/Casa do Psicólogo, 2002.

LOURENÇO, Rogério. Espelho D'água: Os rios no discurso antropológico. *In: OS RIOS*. Instituto Leia Brasil/ Leituras Compartilhadas. Rio de Janeiro: ARGUS , Petrobrás, MinC, Fasc. 3, p. 34, nov/dez/2001.

MACHADO, Ana Maria. Alguns equívocos sobre leitura. *In: Nos caminhos da literatura*. Fundação Nac. do Livro Infantil e Juvenil. São Paulo: Peirópolis Ed, 2008. p. 48-59.

MENGARELLI, Jandira Kondera. Era uma vez porque não era mais. *In: Dos contos, em cantos*. Salvador: Bahia, 1998. p. 63-70.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, ano 12, n. 33, p. 49-61, ano.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-86.

PETIT Michéle. **Os jovens e a leitura**. São Paulo, Ed 34, 2008.

RASSIAL, Agnès. O livro antes da leitura. .In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (Org.).**Dos Contos, em Cantos**. Salvador: Bahia, 1998. p. 95-110.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008.

SISTO, Celso. Contar histórias: da oficina à sintonia. In: **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Chapecó: Argos, 2001. p. 29-37.

THIOLLENT, Michel.(Coord.) **Extensão Universitária e Metodologia Participativa**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1998.

THIOLLENT, Michel; ARAÚJO FILHO, Targino; SOARES, Rosa Leonôra Salerno. (Org.). **Metodologia e Experiências em Projeto de Extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.

‡ Psicóloga, Professora e Supervisora do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (UNITAU), Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, co-autora do livro *Famílias e Instituições: Enlaces Possíveis*.

‡ O SINAES indica que a responsabilidade social das instituições de ensino superior refere-se à “inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2004, p. 138)

‡ A denominação *Travessia* anuncia nossa intenção de trânsito permanente, de passagem, *ultrapassagens e transposições*. Nossa alavanca de partida no Projeto Travessia foi derivada de uma parceria que antecedeu sua concepção. Este acordo vigente desde 2004, entre professores do Departamento de Psicologia da UNITAU e os coordenadores do Programa Aquarela, instituição que atua diretamente na elaboração das políticas públicas no município de São José dos Campos, conforme os pressupostos do ECA. Vinculamo-nos a um dos setores deste serviço de média complexidade, o *Projeto Refazendo Laços*, na busca de uma ampla intervenção institucional e comunitária, no que se refere à prevenção secundária e atenção integral às crianças e adolescentes em situação de elevado risco psicossocial. Buscamos ser mais um braço na rede de cuidados e somar esforços com a Sociedade Civil Organizada, entidades sociais e culturais, com os Conselhos Tutelares e Vara da Infância e Juventude.

‡ Não é propósito deste trabalho aprofundar a natureza epistemológica do termo *exclusão*, diante da polissemia e amplitude que ele comporta, sob o risco de ser banalizado. Recomendamos a leitura de trabalhos de Oliveira (1997), que abordou a dialética compreendida entre as categorias de incluídos/excluídos, de Vêras, Jodelet & Wanderley (*in* Sawaia, 2008).

‡ No Brasil temos o Plano Nacional de Cultura (PNC) do Minc, instância indutora e articuladora das políticas culturais que, em suas diretrizes gerais, concebe o acesso universal à cultura, a democratização das condições de produção e difusão dos valores culturais (BRASIL, 2009).

‡ Registramos aqui a participação engajada de Juliana Meirelles de Lima e Stéphanie Di Martino Sabino, alunas bolsistas cursando Psicologia da Universidade de Taubaté, e dos profissionais voluntários: Edson Ferreira Magalhães (Prof. Educação Física), Sandra Memari Trava (Prof. Ms em Literatura), Vanessa Pereira Cândido (Psicóloga), Verônica Souza e Silva (Assistente Social), Dra. Fátima Aparecida Ribeiro e Aniete Carolina C. Castro (Médicas), assim como toda a equipe do Projeto Refazendo Laços, aos quais agradecemos imensamente a possibilidade de traçarmos juntos esta trajetória desafiadora.

‡ Este autor propôs o conceito de *extensão popular*, citando José F. de Melo Neto ambos firmando propostas de educação popular em comunidades.

‡ Trechos do choro- canção Subúrbios, de Chico Buarque de Holanda, música 1 do CD *Carioca* (2007).

‡ Consideramos estratégicas essas ocasiões para convidarmos autoridades da saúde, educação, promoção social para visitarem o local durante essas comemorações que costumam atrair todos os moradores.

‡ Piraquara é a alcunha que se dá aos habitantes das margens do Rio Paraíba do Sul quer dizer *habitante do mato* e inclui os matutos, catimbós, saquaremas e caiçaras. O termo se originou do tupi *pira 'kwar*, e quer dizer pescaria. Essa população resultou de uma composição étnico-social singular, qual fosse a miscigenação de brancos, negros e mulatos, descendentes de índios, e de imigrantes de outras nações, que há séculos aqui chegaram seguindo as rotas e trilhas abertas pelos bandeirantes. “O Piraquara tem o Paraíba como destino.” (BRAGA e TEODORO, 1997, p. 78)

‡ Inspiradoras de nossas trajetórias foram também as palavras de Machado (2008), ao argumentar, na direção que adotamos, como a leitura possibilita que possamos conviver com as diferenças, aprofundarmos nosso senso de civismo, de urbanidade e responsabilidade social, e fundamentalmente, ampliarmos os perímetros para pensar.